



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FRANCINEIDE GENUÍNO TARGINO

MARIA DA GUIA DA SILVA PEREIRA

SILVANIA BRITO DA SILVA

**AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA ASSOCIADO A METODOLOGIA DA
TERAPIA ABA**

JOÃO PESSOA

FEV/ 2021

FRANCINEIDE GENUÍNO TARGINO
MARIA DA GUIA DA SILVA PEREIRA
SILVANIA BRITO DA SILVA

**AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
DO ALUNO AUTISTA ASSOCIADO A METODOLOGIA DA TERAPIA ABA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro Universitário UNIESP,
como requisito parcial à obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof. ^a Mestra Izolda Maria de Carvalho Silva

JOÃO PESSOA

FEV/ 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado

T185a Targino, Francineide Genuíno.

Autismo e educação infantil: o processo de ensino aprendizagem do aluno autista associado a metodologia da terapia aba [recurso eletrônico] / Francineide Genuíno Targino, Maria da Guia da Silva Pereira, Silvana Brito da Silva – Cabedelo, PB: [s.n.], 2021.

29 p.

Orientador: Prof^ª. Ma. Izolda Maria de Carvalho Silva. Artigo (Graduação em Pedagogia) – UNIESP Centro Universitário.

1. Educação infantil. 2. Autismo – Educação infantil. 3. Terapia aba. I. Título. II. Pereira, Maria da Guia da Silva. III. Silva, Silvana Brito da.

CDU: 37.015.3

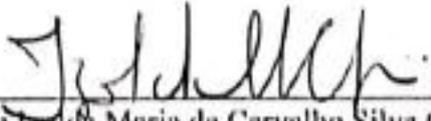
FRANCINEIDE GENUÍNO TARGINO
MARIA DA GUIA DA GUIA DA SILVA PEREIRA
SILVANIA BRITO DA SILVA

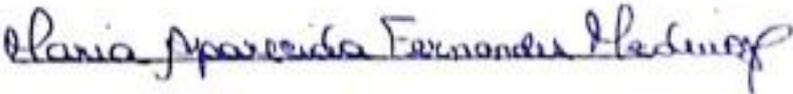
AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM DO ALUNO AUTISTA ASSOCIADO A METODOLOGIA DA
TERAPIA ABA

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado à Coordenação do Curso de
Pedagogia do Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba - UNIESP, como
requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia

Data da Aprovação: João Pessoa, 22 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.ª Mestra Izolda Maria de Carvalho Silva (Orientadora)
Centro Universitário UNIESP


Prof.ª Mestra, Maria Aparecida Fernandes Medeiros
Centro Universitário UNIESP

A nossa família e em memória
da nossa saudosa colega de turma
Maria Lúcia Barboza de Souza e, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso poderoso Deus pelo dom da vida, aos nossos familiares pela força e incentivo, aos nossos professores pelos ensinamentos, colegas que compõe o grupo pela parceria e de modo muito especial à nossa orientadora Izolda Maria de Carvalho Silva, pela orientação e dedicação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA-(Applied Behavior Analysis) Análise do Comportamento Aplicada
- AEE- Atendimento Educacional Especializado
- AMA- Associação dos Pais e Amigos de Autistas
- APA- Associação Americana de Psiquiatria
- BNCC- Base Nacional Comum Curricular
- CAPS- Centros de Atenção Psicossocial
- CAPS I- Centros de Atenção Psicossocial Infantil
- CIPTEA- Carteira de Identificação da Pessoa Autista
- DMS- (Diagnostic and Statistical Manual) Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
- LDB- Lei de Diretrizes e bases da Educação
- LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC- Ministério da Educação
- PECS- (Picture Exchange Communications System) Sistema de comunicação através da troca de figuras.
- SEEP- Secretaria de Educação Especial
- TDAH- Transtorno do Déficit do Desenvolvimento Intelectual
- TEA- Transtornos do Espectros Autista
- TEACCH- (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children), Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 <i>O processo de ensino aprendizagem do aluno autista associado a terapia ABA</i>	15
3 METODOLOGIA	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
6 REFERÊNCIAS	23

AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
DO ALUNO AUTISTA ASSOCIADO A METODOLOGIA DA TERAPIA ABA

Francineide Genuíno Targino

Maria da Guia da Silva Pereira

Silvania Brito da Silva

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de abranger o processo de ensino das crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA) na educação infantil. O transtorno espectro do autismo (TEA) é um transtorno comportamental, caracterizado por dificuldades de interação social, comunicações e comportamentos repetitivos. Dessa forma, nossa pesquisa compreende alguns métodos de ensino como o ABA (Applied Behavior Analysis) e o TEACCH (Tratamento e Educação para Autista e Crianças com Limitações), sendo possível analisar o comportamento e aprendizado dos alunos autistas com a de terapia ABA. De modo geral, foram observadas melhoras significativas na qualidade de interação e comunicação do educando autista, bem como foram verificadas melhorias na capacidade da turma em acolher diferenças e da professora em flexibilizar suas práticas educacionais com a terapia ABA e TEACCH e PECS. Utilizou-se a pesquisa a bibliográfica a partir de artigos científicos, revistas e materiais disponíveis na Internet, podendo trazer a qualidade de vida para a pessoa com autismo.

Palavras Chaves: Inclusão –Terapia ABA – Aprendizagem.

ABSTRACT

This work was developed with the aim of approaching the teaching process of children with Autism Spectrum Disorders (TEA) in early childhood education. Autism spectrum disorder is a behavioral disorder characterized by difficulties in social interaction Communications and repetitive behaviors. Thus, our research comprises some teaching methods like (applied behavior analysis) and TEACCH (Treatment And Education For Autistic And Children With Limitations), being possible to analyze the behavior and learning of autistic students with the flap therapy ABA. In general, significant improvements were observed in the quality of interaction and communication of the autistic student, as well as improvements in the ability of the class to accept differences and of the teacher in making her educational practices more flexible with ABA and TEACCH and PECS therapy. Bibliographic research was used from scientific articles, magazines and materials available on the Internet, which can bring quality of life for people with autism.ABA.

Keywords: Inclusion - ABA Therapy - Learning.

1 INTRODUÇÃO

O Presente trabalho visa apresentar uma abordagem sobre o processo de ensino/aprendizagem da criança autista na educação infantil. A inserção do aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA em sala de aula do ensino regular sempre foi um grande desafio, circunstância da falta de preparo dos profissionais que as assisti. Esse Transtorno traz consigo inúmeras especificidades e acarreta muitos prejuízos, que requer aptidão do professor e do espaço em que a criança será inserida. A Ausência de capacidades sociais e comunicacionais geram impedimento na aprendizagem. Partindo deste pressuposto, com base nas observações e experiências vivenciadas por algumas professoras em salas de aula do ensino regular, destacaremos algumas das estratégias desenvolvidas por meio da terapia ABA(Applied Behavior Analysis) Análise do Comportamento Aplicada, uma ciência complexa na área do tratamento de crianças com TEA, terapia comportamental com a finalidade do ensino de habilidades, fortalecimento das já existentes e o aperfeiçoamento das que ainda não foram desenvolvidas, propiciando à criança uma melhor interação social em qualquer ambiente inclusive familiar e escolar. O método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children), Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação, caracterizado por ser um programa educacional e clínico baseado em técnicas psicopedagógicas que visam observar e instigar a mudança de comportamento inadequado da criança. E o método PECS (Picture Exchange Communications System) Sistema de comunicação através da troca de figuras. Ambos objetivam minimizar os níveis de dificuldades, cognitivos e comportamentais, proporcionando a essa criança uma qualidade de vida normal dentro de suas limitações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Transtorno do aspecto autista ou autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por déficits ou comprometimento na linguagem e nas interações sociais, comportamentos restritos e repetitivos. De acordo com Paz e Borges (2014 apud CUNHA 2012, p. 19) “[...] proveniente de causas genéticas ou por uma síndrome ocorrida durante o período do desenvolvimento da criança, o autismo possui no seu espectro as incertezas que dificultam na maioria dos casos com diagnóstico precoce”. O TEA assemelha-se a outros transtornos como a Síndrome de Rett, Mutismo seletivo, transtorno da linguagem e comunicação social (pragmática), Deficiência intelectual, transtorno do movimento estereotipado, TDAH e esquizofrenia. Tais semelhanças dificultam o diagnóstico.

Em meados da década de 1840, com os estudiosos Leo Kanner e Hans Asperger, o termo autismo começou a ser utilizado como expressão de uma entidade de diagnóstico relacionado como interação social, na qual a comunicação e o aprendizado do indivíduo tornaram-se diferenciados. Conforme Jorge, etimologicamente falando,

“O termo autismo deriva da palavra grega autos que significa “si mesmo”, este termo foi usado pela primeira vez na literatura psiquiátrica, em 1911, por Bleuler para descrever um sintoma da esquizofrenia, ou seja, a tendência patológica de determinados doentes em se isolar do ambiente”. Jorge (2003 apud ROCHA, 1997)

Segundo o DMS (Diagnostic and Statistical Manual) que significa Manual de Diagnóstico e Estatística- DMS em sua V edição, foram catalogados sete tipos de transtornos do neurodesenvolvimento: -Transtorno do Déficit do Desenvolvimento Intelectual- TDAH (com dois subtipos); -Transtorno da Comunicação (com cinco subtipos); - Transtorno Específico da Aprendizagem; Transtornos Motores (com quatro subtipos); Outros transtornos do Neurodesenvolvimento Especificados; E o Transtorno do Espectro Autista-TEA. O DMS ressalta que os portadores de TEA apresentam dificuldades na aquisição da linguagem e comunicação, gestos e movimentos estereotipados e repetitivos e falta de reciprocidade nas relações sociais. O diagnóstico é clínico e que deve ser feito por profissionais especializados através da observação e sintomas da criança, conversa com os pais, familiares e professores. Muitas vezes o diagnóstico acontece quando a criança está na escola. Já no primeiro ano de vida é possível detectar alguns sinais como o contato visual pobre, ausência de balbucios ou gestos sociais, não respondendo pelo nome quando chamado. Os sintomas podem ter agravante dependendo do nível diagnosticado. Existe três níveis de gravidade do autismo como mostra a tabela 1. Tabela 1-DSM V, 2014. APA

NÍVEIS DE GRAVIDADE DO AUTISMO	
Nível 1 (Leve)	Crianças com nível leve de autismo em relação à interação e comunicação, apresentam prejuízos, mas não necessitam de tanto suporte. Tem dificuldade nas interações sociais, respostas atípicas, pouco interesse em se relacionar com o outro, em relação ao comportamento, apresentam dificuldade para trocar de atividade, têm independência limitada para autocuidado, organização e planejamento.
Nível 2 (Moderado)	Crianças com nível moderado de autismo em relação à interação e comunicação social necessita de suporte substancial apresenta déficits na conversação e dificuldades nas interações sociais, as quais muitas vezes precisam ser mediadas. Em relação ao comportamento podem apresentar dificuldade em mudar de ambiente, desviar o foco ou atenção, necessitando de suporte em muitos momentos.
Nível 3 (Severo)	Crianças com nível severo de autismo, em relação à interação e comunicação social, necessitam de muito suporte, pois apresentam pouca resposta à abertura social. Além desses fatores, outros critérios específicos para o diagnóstico de autismo são: prejuízo intelectual e de linguagem, outras desordens do neurodesenvolvimento ou transtornos relacionados.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Cada nível possui suas características em relação a interação e comunicação social, denominando ou não a necessidade de auxílio no desenvolver de suas habilidades. Há variações nas relações comportamentais que se associa a outras desordens ou transtornos do neurodesenvolvimento.

Diversas pesquisas e estudos já foram realizadas no campo da neuropsicologia com fito de amenizar os problemas motores e comportamentais vinculados ao transtorno. Para um diagnóstico preciso se faz necessário a avaliação de determinados critérios: persistência de déficits de reciprocidade social, padrões comportamentais comunicativos não verbais, dificuldades no desenvolve e manter a compreensão de relacionamentos sociais. Sabe-se, “que o autismo é uma condição crônica, caracterizado pela presença de prejuízos em áreas do desenvolvimento, por esta razão o tratamento deve ser contínuo e envolver equipe multidisciplinar”, de acordo com Gonçalves (2018 apud SCHWARTZMAN, 2003). Sem o diagnóstico precoce e o tratamento adequado, a criança pode ter sérios prejuízos por toda a vida.

Estima-se que atualmente haja no Brasil 2 milhões de pessoas com transtorno do espectro autista, de acordo com o senso (2010) como afirma o site BBC News (2018). A legislação brasileira, por meio da lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) estabelece a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida como a lei Berenice Piana, considera que pessoas com TEA passasse a ser reconhecida legalmente como pessoas deficientes, garantindo os direitos não existentes: acesso à educação e ao ensino profissionalizante, mercado de trabalho a previdência e assistência social e o acesso a medicamentos. De modo geral, muitas são as conquistas no campo social e escolar, favorecidas pelas leis de inclusão. Partindo da LDBEN de 1971 que altera a LDBEN de 1961, ao definir tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontrarem em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados. Diversos marcos da legislação inclusiva se sucederam desde a Constituição Federal (1988) que no art. 208, faz referência ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino. Reafirmados na política nacional de educação especial MEC/SEEP 1994.

O ECA, lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) assegura o direito de atendimento especializado e rege o pleno direito a vida e a educação. A Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), em ação conjunto com a UNESCO traz algumas especificidades para os portadores de necessidades especiais em sala de aula, que atualmente em consonância aos decretos e legislações suplementares em nível estadual e municipal, regem a garantia do

cumprimento das normativas contidas nestes documentos que perpassa pela política formação do professor e a exigência de um projeto político pedagógico que conheça tais diferenças e garanta a construção de uma escola para todos, pautado no princípio social da inclusão. Isso implica em preparar os professores para que estejam comprometidos com a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos atentos para as diversidades de modo geral. Perpassando a LDB lei 9.394/1996, que preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículos, métodos e recursos de organizações específicos para entender atender às suas necessidades; assegurando a terminalidade específica aqueles que não atingiram níveis de exigido para a conclusão do fundamental em virtude de suas deficiências e assegura a aceleração de estudo aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

A Declaração da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo decreto 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas[...]. A lei 10. 216/2001, que institui a criação do CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), de atendimento multiprofissional, subsequentemente vindo beneficiar o público infantojuvenil com o CAPS I, mostrando grande importância no processo de reabilitação social e tratamento clínico e psíquico.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001) e o Decreto nº 7.611/2011, estabelecem a Educação Especial, conseqüentemente atendimento especializado e formação do corpo docente. De cunho mais específico a essa organização e atendimento pedagógico especializado surge as salas de recursos, o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Atualmente o documento que norteia o processo educativo em todos os aspectos é a BNCC documento normativo para uma educação inclusiva de qualidade e igualitária, explicitando desde a composição do currículo, organização escolar e a formação do corpo do docente. A Educação Inclusiva é uma modalidade que permite a convivência e a interação destas pessoas com deficiência dentro da escola regular garantindo a todos os direitos de escolarização.

Vale ressaltar que no Estado da Paraíba, de modo particular na Capital João Pessoa, por meio da legislação os ganhos em prol dos portadores de TEAS têm sido significativos. Em 21 de fevereiro de 2013, por meio da lei orgânica Municipal de nº 12.514/13 reconhece a pessoa com autismo portadora de deficiência. Destacando-se ainda, pelas diversas entidades filantrópicas e públicas que realizam tratamento especializado gratuito para autistas com a terapia ABA, no âmbito estadual e municipal. Presente também em unidades privadas. O feito

mais recente que os beneficia é a lei 13. 977/2020 que institui a carteira de identificação da pessoa autista- (Ciptea).

2.1 O processo de ensino aprendizagem do aluno autista associado a terapia ABA

Nesta perspectiva, embasada pelos direitos vigentes, cresce o anseio por uma inclusão mais efetiva, as estratégias necessárias para essa mudança, deve partir da escola que necessita moldar-se aos portadores de autismo. Outro passo de fundamental importância é a presença da família na busca do diagnóstico e do tratamento adequado, que proporcione a essas crianças há oportunidade de um desenvolvimento mais sadio, uma vida dentro da normalidade apesar de algumas limitações, formas de como lidar com as peculiaridades do transtorno no dia a dia e mais precisamente na escola.

Com base nesta concepção, aprofundamos esta pesquisa com fito de compreender melhor as estratégias utilizadas e buscar novos subsídios para o tratamento e inclusão das crianças com TEAS. Mediante os estudos realizados na revisão desta literatura, identificamos uma comprovadíssima aplicabilidade da terapia ABA associado a outros métodos ou programas como o TEACCH e o PECS, na reabilitação da criança, tanto no contexto social quanto na permanência em sala de aula. Condizente com a Associação dos Pais e Amigos do Autista da Paraíba- AMA (2015, p.1).

“Existem inúmeras técnicas e métodos de ensino através do tratamento e análise aplicada do comportamento o que tem se revelado útil do contexto de intervenção, tais como: a) tentativas discretas, b) análise de tarefas, c) ensino incidental, d) análise funcional.” LOCATELLI e SANTOS (2015).

Como foco desta pesquisa a terapia ABA (Applied Behavior Analysis) Análise do Comportamento Aplicada é um termo advindo do campo científico do Behaviorismo que observa, analisa e explica o comportamento humano e sua correlação com o ambiente e a aprendizagem. Originária nos Estados Unidos na década de 60. Esse processo de intervenção iniciou-se com JABA (Journal of Applied Behavior Analysis) Jornal da Análise Aplicada de Behavior, a partir de 1989, com o Behaviorismo de Burrhus Frederick e Skinner (1994 a 1990) embasado em evidências científicas. Conforme afirma Ribeiro, Farias, Andrade e Pires (2018 apud LEAR, 2004, p.10) “O behaviorismo concentra-se na análise objetiva do comportamento observável, mensurável em posição (...) à abordagem psicanalítica.”

Muitos estudos tanto na área da psicologia quanto na área educacional atestam resultados promissores no tratamento de crianças autista, essa terapia tem mostrado grande

eficácia. Principalmente quando somados a outras estratégias trazidas de outros métodos. A aplicação da metodologia da terapia ABA requer completa qualificação dos profissionais que desejam trabalhar na aplicação da mesma. Essa metodologia terapêutica foi validada no Brasil no ano 2000. Para os brasileiros autistas o tratamento com essa terapia é optativo, sendo que nos Estados Unidos da América há uma lei que obriga que todos os autistas sejam tratados por meio da terapia ABA. Infelizmente a oferta deste tratamento ainda não atende a todos os portadores deste transtorno.

Outro instrumento utilizado no processo de ensino e aprendizagem é o programa TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children) Tratamento e Educação para Autistas e crianças com Déficits com a comunicação. De acordo com Pereira,

“É um programa de intervenção terapêutica educacional e clínica, que adapta o ambiente para que a criança o compreenda com mais facilidade. O método foi desenvolvido pelo Dr. Eric Schopler e sua equipe na Universidade da Carolina do Norte em 1966”. PEREIRA (2011).

Este programa caracteriza-se por suas técnicas psicopedagógicas que visam observar e instigar a mudança de comportamento. Baseia-se na adaptação por meio da organização tendo em vista a construção da independência da criança.

Em nossa pesquisa vimos ainda a utilização do método PECS (Picture Exchange Communications System) Sistema de comunicação através da troca de figuras. Consiste no desenvolvimento de habilidades comunicativas, através de imagens que escolhida pela criança represente o objeto que deseja. Segundo Locatelli e Santos (2015 apud AMA, 2015, p. 1) o método PEC “é um método de comunicação alternativa através de troca de figuras, é uma ferramenta valiosa tanto na vida das pessoas com autismo que não desenvolvem a linguagem falada quanto na vida daquelas que apresentam dificuldades ou limitações na fala”. Afirma-se ainda, que se encontra [...] “dentro do método de TEACCH o agrupamento das duas teorias acima. Ele condensa o arranjo do ambiente e trabalha com o mesmo na identificação dos estímulos atribuída ao ABA e a comunicação por imagens do PECS”. Locatelli e Santos (2015 apud SANTOS, 2015, p. 42). A junção destas técnicas possibilita ao professor traçar caminhos para que se chegue a aprendizagem significativa deste aluno, na maioria das vezes, tendo que delinear estratégias individualizadas, pois cada autista é único.

Logo, para que ocorra esse processo de inclusão do aluno autista na sala de aula comum, o primeiro passo é dado pela família a qual é responsável de inserir e mostrar a essa criança os padrões sociais e culturais que a cercam, em seguida complementado pela escola, em concordância com Paz e Borges (2014). A legislação vigente preconiza uma escola inclusiva, mas de forma efetiva pouco funciona. Sabemos que, para que haja essa inclusão vários fatores devem ser levados em consideração, dentre eles a preparação da escola, que deve adaptar-se para o acolhimento do portador de TEA e a capacitação do professor. Segundo Glat e Nogueira (2003 apud PRADO e NOGUEIRA, 2001, p. 5) o professor deve conscientiza-se que “cabe a ele a partir de observações criteriosas ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilitem um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural”. Inteirados da qualidade e eficiência dos métodos e terapias no processo de desenvolvimento e aprendizagem do autista no campo teórico, partindo desta primícia, angariamos conhecimentos práticos da vivência de alguns professores em sala de aulas, que fazem uso de estratégias baseadas nestes métodos e terapias. Como também de pais de autistas,

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado em duas etapas, a primeira de forma virtual em sites eletrônicos, caracterizado por uma pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e revistas científicas digitais. De acordo com LIMA e MIOTO (2007), “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Objetivando revisar a literatura acerca do autismo e suas particularidades. Dentre elas diagnóstico, tratamento e meios de intervenção.

Esta pesquisa denomina-se ainda como qualitativa. “O estudo qualitativo se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contexto direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”, RIBEIRO (2008). Utilizou-se para coleta de dados, o método de entrevistas. Sendo estas amostras de dados a segunda etapa da pesquisa. Para tanto, foram elaborados três tipos de entrevistas, para professores, pais de autistas e para instituições, todas voltadas para o uso da terapia ABA e suas benéficas.

A elaboração do questionário (1) que compõe a entrevista encaminhadas as professoras, baseia-se em dez perguntas sobre a utilização e execução dos métodos em sala de aula e

consequentemente seus resultados. Com fito de saber o nível de formação acadêmica, tempo de atuação na área? Quais métodos e terapias são utilizados? Como são executados e qual a percepção destas pedagogas acerca do resultado do processo de aprendizagem de destes alunos? Já o questionário (2) destinado aos pais, contém a mesma quantidade de questões, porém, foram desenvolvidas com o propósito de obter informações sobre o nível de autismo de cada criança, em que idade foi descoberto o transtorno? Qual o tratamento que estas crianças foram submetidas. Se a criança frequenta escola, regularmente ou sala de aula Especializada? Como está o processo de desenvolvimento desta criança? Se os pais conhecem a terapia ABA e os demais métodos de intervenção? Como está o processo de aprendizagem? E qual a perspectiva de melhoria na aprendizagem destas crianças para o futuro? Além destes dados, foi possível observar o contexto social em que estas crianças estão inseridas. E o questionário da entrevista enviada as instituições pautou-se em nove perguntas sobre no processo de utilização da terapia ABA, modo de aplicação desta ciência, acolhimento das famílias, programas de capacitação oferecido e parceria entre a instituição e a escola.

A cerca desta segunda fase, com base nas amostras colhidas e pautados pelo embasamento teórico já explicito anteriormente, iniciou-se o estudo dos dados. Estes dados mostraram-se bastante contundentes acerca da utilização dos métodos de intervenção, revelando resultados promissores. Como podemos visualizar na tabela 2.

Tabela 2. Elaborada com as entrevistas realizadas com professores.

ENTREVISTAS COM PROFESSORES								
Professor(a)	Formação Acadêmica	Tempo de atuação	Números de alunos autistas	Terapias e métodos de intervenção utilizados	Aplicabilidade dos métodos	Resultados Alcançados/ Comportamentos	Resultados Alcançados/ Atenção	Resultados Alcançados/ Aprendizagem
1	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia • Psicopedagogia Institucional • Curso ABA 	5 anos	Entre 5 e 10	ABA PECS	De forma clássica, através de tentativas discretas, geralmente na mesinha, ou de forma naturalista.	Diminuição da agitação; Melhora no entrosamento com colegas de classe; Mais estímulos ao fazer as tarefas.	Melhora na concentração; Ganhos no tempo de execução de tarefas.	Execução de um maior número de tarefas; Melhora na comunicação; Desenvolvimento intelectual
2	<ul style="list-style-type: none"> • Magistério; Pedagogia; • Psicopedagogia Institucional; • Supervisão e Orientação Educacional • Curso de Atendimento Especializado Educacional- FUNAD 	5 anos	Entre 10 e 15 alunos	PECS ABA	Com o uso de reforçadores positivos; Rejeitando punições.	Conseguir que o aluno entre na sala de aula; Realize a tarefa; Interação com os demais colegas; Ganho na motivação. Realização de atividades coletivas.	Maior concentração; Melhor participação.	Ganhos na execução de atividades; Participação nas atividades coletivas; Melhora na escrita e na fala.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

As intervenções executadas pelas pedagogas 1 e 2, dentro terapia ABA associadas a outros métodos, realizadas por meio de estratégias baseadas na utilização das Tentativas Discretas, que se caracteriza pela aplicação de sequencias de aprendizado em passos pequenos, de forma discreta, porem em várias tentativas. Aplicados na mesinha seja de forma clássica ou naturalista, que se refere a um conjunto de técnicas, da própria ciência ABA unido a neurociência, que estimulam e motivam áreas do cérebro para o condicionamento do comportamento esperado, unido ainda, ao uso de Reforçadores Positivos, como recompensa (brinquedos, balas, etc.) e rejeitando punições, teve resultados satisfatórios e grandes avanços no desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos. Ambas as pedagogas segundo seus próprios relatos, observaram melhora nos índices de atenção, mudanças comportamentais positivas, fluidez na execução de tarefas, desenvolvimento no interesse de ações coletivas e interação com os colegas, melhora nas funções cognitivas e na comunicação.

Objetivando a confirmação destes dados, com base no olhar da família acerca do desenvolvimento da aprendizagem e interação social das crianças que passaram por este processo de intervenção, analisamos as amostras colhidas nas entrevistas com pais e foi possível fazer as seguintes constatações como mostra a tabela 3.

Tabela 3. Elaborada a partir das entrevistas realizadas com os pais.

ENTREVISTA COM PAIS DE AUTISTAS								
Criança/ Idade de descoberta do diagnóstico	Nível de autismo	Residência	Frequente a escola	Principais dificuldades na escola	Tratamentos/ intervenções realizados	Desenvolvimento escolar	Desenvolvimento social	Perspectivas para o futuro
A 1 ano e 3 meses	Severo	Periferia	Sala regular	Falta de cuidador. Falta sala do AEE; Desprezo dos professores	Nenhum	Nenhum, não há mudanças	Diante das limitações a família tenta proporcionar a criança uma vida normal.	Que seu filho tenha um cuidador, uma sala de recursos e professores qualificados.
B 3 anos e 8 meses	Moderado	Zona rural	Sala regular e AEE	Preconceito; Falta de cuidadores; Falta de transporte.	Nenhum	Ruim	A vida na reciclagem não dá condições de uma boa vivencia social.	Menos preconceito; oportunidade de uma vida melhor; Inclusão mais efetiva
C 3 anos	Leve	Cidade	Sala regular e AEE	Falta de profissionais especializados	Psicoterapia; Fonoterapia; Terapia ocupacional- Interset	Ótimo; Apresenta melhora significativas na aprendizagem.	Interação e participação familiar, social e cultural.	Evolução da educação e consequentemente dos profissionais para melhor acolhimento destas crianças.
D 3 anos	Moderado	Cidade	Sala regular	A evolução devido a outras comorbidades além do autismo.	Atendimento na FUNAD; Psicopedagoga; Psicóloga	Regular, não tem evolução.	A socialização é pouca	Professores capacitados e uma escola mais acolhedora.
E 3 anos	Moderado	Cidade	Sala regular	Mantê-la calma, ela se agita muito em publico	Fonodilogo; Psicopedagogo e terapia ocupacional- Instituto dos cegos da Paraíba	Precário	Difícil socialização e interação.	Escolas mais preparadas para lidar com essas crianças independente do grau do autismo.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

Os resultados alcançados apresentaram variações, sendo possível observar que há dois públicos distintos, um composto por crianças que receberam o suporte das intervenções e outro que não recebeu. As crianças que receberam, residem na cidade, frequentam a escolar em sala de aula regular e sala de recursos, tem acompanhamento de equipe multidisciplinar e fazem tratamentos clínicos ou terapêuticos em entidades ou instituições que tratam autistas. Segundo estes pais, as crianças tiveram um desenvolvimento considerável no progresso de ensino e aprendizagem, bom rendimento na realização de tarefas, melhora na interação e socialização com a turma. Além da positividade do trabalho assistencial das equipes multidisciplinares, onde estes pais utilizam as orientações e algumas estratégias dos métodos e terapias em seu cotidiano, o que auxiliam tanto no desenvolvimento intelectual e sociocultural, quanto no cognitivo, com o ganho de autonomia, apresentando aperfeiçoamento na execução de tarefas simples como comer, trocar de roupas, etc.

Já o público que não recebeu as intervenções, é composto por crianças que residem na zona rural ou periferias, que frequentam a escola pública em sala de ensino regular, porém não dispõem de atendimento especializado AEE, seus professores não possuem especialização na área de Educação Especial, as crianças não realizam nenhum tipo de tratamento clínico ou terapêutico e vivem em situação de vulnerabilidade social. Ressaltamos ainda, a falta de conhecimento e informação desta parcela da sociedade, o que gera mais impedimento para o diagnóstico ou tratamento e conseqüentemente a oportunidade de um desenvolvimento educacional e sociocultural.

No intuito de buscar mais informações sobre tipos de tratamentos e instituições que realizam este tipo de atendimento para autistas, aqui na Paraíba, mais especificamente na Grande João Pessoa, que auxiliam ou realizam tratamentos de intervenções de forma gratuita. Foram realizadas várias tentativas de contato com as mesmas, para melhor explanação de suas funcionalidades. Mas infelizmente não obtivemos êxito total. Apenas uma das entidades contactada respondeu por extenso nossa pesquisa, sendo esta privada. A resposta recebida das demais, limitava-se a redução do quadro de funcionários e o fato de todas as atividades estarem suspensas devido a Pandemia.

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa sugere um estudo mais aprofundado acerca das variáveis apontadas neste trabalho, visto que, em consonância com o resultado das análises das entrevistas, obtivemos pontos positivos, baseados na aplicação dos métodos e terapias como forma de intervenção na escola. Vimos ainda que a formação dos professores faz toda a diferença, principalmente se associada a outros tipos de tratamentos, clínico ou terapêutico. Os fatores positivos dão ênfase para a formação continuada e especializada do professor, uma vez que, sem este suporte as crianças acometidas por este transtorno não terão um desenvolvimento educacional, desta forma prejudicando também outras áreas do desenvolvimento humano. Por outro lado, tivemos os pontos negativos, ficando bastante explícito que nos alunos que frequentam a escola mesmo em período regular, obtiveram pouca ou nenhuma evolução a nível de aprendizagem, gerando uma grande preocupação.

Se faz necessário que se lance um novo olhar, mais condicionado aos aspectos que impedem uma inclusão concreta destes discentes. O despreparo do professor, a inadequação da escola para a uma boa receptividade desse educando, aliado ao desconhecimento dos pais em relação ao diagnóstico ou de seus direitos legais, a falta de tratamento adequado e o crítico estado de vulnerabilidade social de algumas famílias, os limitam de ter esse acesso à educação de qualidade e até mesmo de ter uma vida digna.

É importante que haja engajamento nas pesquisas acerca de soluções mais viáveis e formas mais efetivas para diminuição ou até eliminação destes fatores negativistas, que impossibilitam os portadores de TEAS a vencerem seus desafios e limitações. Observamos que no contexto social em que muitas destas crianças estão inseridas, é gritante a necessidade de políticas públicas mais inclusivas. Que visem a disseminação de informação sobre o transtorno, formas de tratamento, diagnóstico e acompanhamento, em todos os aspectos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo realizar uma abordagem do processo de ensino aprendizagem das crianças portadoras do transtorno do espectro autista, por meio de alguns métodos de intervenção, de forma particular a ciência ABA. Durante este processo de estudos foi possível observar um desenvolvimento bastante satisfatório, no que diz respeito a diminuição dos índices de dificuldades destas crianças, principalmente na aprendizagem. Estes ganhos e avanços elucidados neste trabalho mostrou uma comprovadíssima eficiência dos métodos agregados ao ABA.

A coleta de dados fornecidos pelas pedagogas e pelos pais, nos permitiu dois campos de visão: o primeiro, norteia a possibilidade de uma inclusão mais eficaz, se pautada na formação específica do professor, preferencialmente na Educação Especial. E o segundo, mostra o quanto a desigualdade social influencia na formação do indivíduo enquanto sujeito de direito. Visualizamos que de maneira ainda mais forte na educação. A qual carece de reformulações urgentes, principalmente na política de formação do professor, que uma vez capacitado dará a essas crianças e suas famílias a oportunidade de obterem conhecimentos, que lhes abrirão as portas para buscar não somente tratamentos, mas uma melhor qualidade de vida.

6 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (DSM-V, recurso eletrônico). 4. Ed. P. 31. Porto Alegre, 2014.

BEZERRA, Marcos Ferreira. **A importância do método aba – análise do comportamento aplicada – no processo de aprendizagem de autistas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 10, Vol. 06, pp. 189- 204. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/aprendizagem-de-autistas>. Acesso: 29 nov. 2020.

BRASIL, **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso: 17 de fev de 2021.

_____, **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso: 22 de nov de 2020.

_____, **Lei nº Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso: 17 de fev de 2021.

_____, **Lei nº 12.514, de 21 de fevereiro de 2013. João Pessoa.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2013/1251/12514/lei-ordinaria-n-12514-2013-reconhece-a-pessoa-com-autismo-como-portadora-de-deficiencia-para-fins-de-fruicao-dos-direitos-assegurados-pela-lei-organica-do-municipio-de-joao-pessoa-2013-02-21-versao-compilada>. Acesso: 17 de fev de 2021.

_____, **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso: 17 de fev de 2021.

_____, **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.977%2C%20DE%208%20D,E%20JANEIRO%20D,E%202020&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.764,%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso: 17 de fev de 2021.

DOITY TEAM. **Saiba quais são os principais métodos de pesquisas.** Vida Acadêmica. Alagoas. Disponível em: <https://doity.com.br/blog/metodos-de-pesquisa/>. Acesso: 17 de dez de 2020

GONCALVES, Silvio Ferreira Passos. As contribuições do método aba para o desenvolvimento cognitivo e pedagógico da criança com autismo. Anais do Congresso de Tecnologia na Educação. Metodologias Disruptivas na Educação: formas inovadoras de ensinar. Caruaru. 2019. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=as+contribuicao+do+metodo+aba+para+o+desenvolvimento+cognitivo+e+pedagogico++da+crian%C3%A7a+com+autismo&btnG=. Acesso: 29 nov 2020.

|GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. **Políticas educacionais e a formação do professor para educação inclusiva no brasil.** Comunicações. Caderno de Pós-Graduação. Ano 10, n. 1. Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/viewFile/1647/1055>. Acesso: 23 nov. 2020.

JORJE, Lilia Maise de. Instrução de avaliação de autistas: revisão literária. PUC-Campinas. 2003. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/278>. Acesso: 17 de nov de 2020.

LOCATELLI, Paula Borges; SANTOS, Mariana Fernandes Ramos. **Autismo: propostas de intervenção**. Revista Transformar, vol. 8, 2016. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-br&as_sdt=0%2c5&q=terapias+pecs%2c+son+rise&btnq=#d=gs_qabs&u=%23p%3d6icahar-mceuj. Acesso: 15 de dez de 2020.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, Declaração de Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: 02 de fev de 2021

PAZ, Fransuély Sabryna Moreira; BORGES, Liliane da Silva Borges. **Autismo, escola e família: uma pratica pedagógica que transforma**. Pará, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/autismo--escola-e-familia--a-pratica-pedagogica-que-transforma?lang=pt-br>
Acesso: 07 de dez de 2020.

PEREIRA, Cyelle Carmem Vasconcelos. **Autismo e família: participação dos pais no tratamento e desenvolvimento dos filhos autistas**. Revista de Ciência de Saúde Nova Esperança, vol. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <http://revista.facene.com.br/index.php/revistane/article/view/384/291>. Acesso: 10 de dez de 2020.

RIBEIRO, Angélica Cabral; FARIAS, Elaine Cristina Balbino de; ANDRADE, Iane Araujo de; PIRES, Isabelle de Araújo. **Um olhar sobre a aprendizagem da criança autista na educação infantil**. Scire Revista Acadêmica Científica. Vol. 14, n. 01, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/RevistaScireFevereiroOlharAprendizagemCriancaAutistaEducacaoInfantil.pdf>. Acesso: 29 nov. 2020.

RIBEIRO, Elisa Antonia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidencia: Olhares e saberes. 2008.** Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/33https://doity.com.br/blog/metodos-de-pesquisa/249846/>. Acesso: 17 de novembro de 2021.

SOUZA, Emilaine Cristiane do Nascimento. **A inclusão da criança com transtorno do Espectro autista na educação infantil.** João Pessoa. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14142>. Acesso: 17 de nov de 2021.

STOCK, Adriana. **Quais são as teorias e as pesquisas sobre as possíveis causas do autismo.** BBC News Brasil. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43577510.amp>. Acesso: 02 dez. 2020.

VIANA, Ana Clara Vieira; MARTINS, Antônio Augusto Emerick; TENSOL, Isanara Karla Ventura; BARBOSA, Kassia Isabel; PIMENTA, Natália Maria Riêra, LIMA, Bruna de Souza. **Autismo: uma revisão integrativa.** Revista Saúde Dinâmica, vol. 2, número 3, 2020. Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga. Disponível em: <http://revista.faculdedinamica.com.br/index.php/sausedinamica/article/view/40/43>. Acesso: 15 de dez de 2020.

VICHESSI, Beatriz. **Autismo: conheça a ABA, uma base científica para trabalho com crianças com autismo.** Nova escola. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17550/autismo-conheca-a-aba-uma-base-cientifica-para-trabalhar-com-autistas>. Acesso: 02 dez. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Transcrição da entrevista realizada com os professores.

Questionário (1)

1. Nome:
2. Área de Atuação:
3. Possui especialidades?
4. A quantos anos atua nessa área?
5. Você já teve algum aluno autista?
6. Você conhece o método ABA?
7. Como trabalhou o método ABA na sala de aula?
8. Os resultados foram positivos ou negativos?
9. O que você observou de mudanças na aprendizagem desta criança, depois da utilização do método ABA?
10. Você utilizou algum outro método associado ao ABA em sala de aula?

APENDICE B- Transcrição da entrevista realizada com pais de crianças autistas.

Questionário (2)

1. Como você descobriu o autismo do seu filho/a?
2. Qual o grau/nível de autismo do/a filho/a?
 Leve Moderado Grave
3. Ele/a estuda em sala de aula de aula do ensino regular?
 Sim Não
4. Ele/a estuda em sala de aula especializada AEE?
 Sim Não
5. A criança faz algum tipo de tratamento de nível terapêutico ou especializado?
 Sim Não
Qual/ onde? _____
6. Você conhece a terapia ABA?
 Sim Não
7. Como está o desenvolvimento escolar da criança?
 Ruim Regular Bom Ótimo
8. Quais foram as suas maiores dificuldades enfrentadas na escola? E como você manejava estas dificuldades?
9. Você utilizou algum método ou programa para estimular o desenvolvimento da sua criança na aprendizagem?
10. O que você espera para o futuro da aprendizagem da criança autista?

APÊNDICE C- Transcrição do questionário encaminhado as instituições que realização tratamentos com crianças autistas.

Questionário (3)

- 1- Qual o nome da Instituição?
- 2- Vocês trabalham com a terapia ABA?
- 3- Como é feito a terapia ABA? E quantas crianças são atendidas por ano?
- 4- Vocês capacitam pais, professores ou cuidadores de crianças autista na terapia ABA?
5. Como vocês acolhem as crianças autista na Instituição?
6. Quais são os principais desafios encontrados na Instituição, para lidar com crianças autistas?
7. Há um favorecimento de interação social entre os alunos na Instituição de Ensino?
8. Existe algum modo peculiar de interação do aluno no ambiente escolar?
9. O que a Instituição tem de avanços no que diz respeito ao espectro autista?
10. Como a instituição lida com a inclusão?